A DINÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 EM VITÓRIA DO XINGU/PA

THE ECONOMIC DYNAMICS OF FAMILIES IN THE COLLECTIVE RURAL RESETTLEMENT KM 27 IN VITÓRIA DO XINGU/PA

LA DYNAMIQUE ÉCONOMIQUE DES FAMILLES DANS LE RÉINSTALLATION RURALE COLLECTIVE KM 27 À VITÓRIA DO XINGU/PA

Jéssica Ferreira de Castro
Doutoranda em Geografia (PPGEO/UFPA)
E-mail: jessica.castro@altamira.ufpa.br

José Antônio Herrera
Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas e Professor associado da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA)
E-mail: herrera@ufpa.br

Gleiciely Barroso Carvalho
Doutoranda em Geografia (PPGEO/UFPA)
E-mail: tiely_atm@hotmail.com

Márcio Douglas Brito Amaral
Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA)
E-mail: marcioamaral@ufpa.br

Resumo:
A Região de Integração do Xingu sofreu interferências com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, este empreendimento provocou modificações severas nos municípios de influência direta, impactos ambientais, culturais e econômicos. As famílias que residiam na Volta Grande do Xingu, foram remanejadas compulsoriamente para outros espaços. O Reassentamento Rural Coletivo km 27 localizado em Vitória do Xingu – PA, foi criado com intuito de assentar moradores de diferentes áreas rurais que foram atingidos por UHEBM. O objetivo da pesquisa é compreender as estratégias produtivas das famílias reassentadas no RRC km 27. A pesquisa foi construída por meio de revisão bibliográfica sobre a construção do RRC; levantamento e análise de dados secundários e aplicação de formulário junto aos moradores. A UHEBM promoveu grandes mudanças na produção socioeconômica dos reassentados, assim, as famílias tentam sobreviver com as novas técnicas e novas alternativas nos sistemas produtivos, e a produção do novo espaço.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Produção, Reassentamento Rural Coletivo, Espaço.

Abstract:
The Região de Integração do Xingu has experienced interferences due to the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant (UHEBM). This project has caused severe modifications in the municipalities directly influenced, leading to environmental, cultural, and economic impacts. Families residing in the Volta Grande do Xingu were compulsorily relocated to other areas. The Collective Rural Resettlement (RRC) at km 27, located in Vitória do Xingu – PA, was established to settle residents from various rural areas affected by the UHEBM. The research aims to understand the productive strategies of the resettled families in the RRC km 27. The study was developed through a literature review on the construction of the RRC, collection and analysis of secondary data, and the application of a questionnaire to the residents. The UHEBM has brought significant changes to the socioeconomic production of the resettled families. As a result, these families are striving to survive with new techniques and alternative approaches in their production systems and the creation of the new living space.

Keywords: Belo Monte hydroelectric plant, Production, Collective rural resettlement, Space.

Résumé
La région d'intégration du Xingu a subi des interférences avec la contruction de la centrale hydroélectrique de Belo Monte, ce projet a provoqué de graves changements dans les municipalités d'influence directe, des impacts environnementales, culturelles et économiques. Les familles résident dans la Volta Grande do Xingu ont été obligatoirement relogées dans d'autres zones. La zone de Réinstallation rurale collective du km 27, située à Vitória do Xingu - PA, a été créée dans le but d'installer les résidents de différentes zones rurales qui ont été touchées par l'UHEBM. L'objectif de la recherche est de comprendre les stratégies productives des familles réinstallées dans le CRR du km 27. La recherche a été construite à partir d'une revue bibliographique sur la construction du RRC; enquête et Analyse des données secondaires et aplications d'un formulaire auprès des residentes. L'UHEBM a apporté des changements majeurs dans la production socio-économique des personnes réinstallées, ainsi, les familles tentent de survivre avec les nouvelles techniques et les nouvelles alternatives dans les systèmes de production, et la production du nouvel espace.
Mots clefs: Centrale hydroélectrique de Belo monte, Production, Réinstallation rurale collective, Espace.

A DINÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 EM VITÓRIA DO XINGU/PA

Introdução

A expansão da fronteira capitalista na Amazônia, entre as décadas de 1960 e 1970 no século XX, desencadeou novas atividades econômicas na região, como a exploração dos recursos hídricos por meio da implantação de grandes projetos de investimentos (GPI'S) e a exploração do subsolo em busca de minérios. Esses grandes projetos de investimentos transformam os elementos socioespaciais, os modos de vida[1] e a produção do espaço em que está inserido.

As novas atividades econômicas, quando inseridas no território, mudam a dinâmica do espaço, os novos agentes de produção são integrados, novas técnicas de produzir normalmente respondem às demandas externas resultantes da junção do capital financeiro e industrial, vale lembrar que "o capital financeiro e industrial está voltado para transformar a natureza e para garantir a apropriação dos recursos naturais pelo capital mundial" (Alvarez; Costa; Herrera, 2019, p. 65).

A inserção de novos projetos de investimentos na Amazônia, no período atual, tornou-se prática comum no conjunto das ações desenvolvimentistas estabelecidas na região, de modo a provocar diversas mudanças, alterando assim, todo modo de vida existente (Herrera, 2019).

Nesse sentido, foi construída na Região de Integração do Xingu (RIX)[2], a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), com

[1] A análise dos modos de vida, submete-se à lógica da reprodução da força de trabalho expressa pelas condições de exploração e de classe (Braga, Fiúza, Remoaldo, 2017, p. 372).

[2] A Região de Integração Xingu é composta por 10 municípios (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu) (Plano Plurianual, 2023).

capacidade instalada de 11.233,1 MW (Norte Energia, 2021), a construção iniciou em 2011 e seu término em 2019. Porém, o empreendimento provocou modificações no território mesmo antes do início das obras, gerando o que Santos (2006) definiu de psicosfera, através dos objetos, técnicas, novas formas de vida, prática social e afetiva do espaço.

O empreendimento UHE Belo Monte encontrou grande resistência por parte da população local, os sujeitos atingidos questionavam sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos que a Usina Hidrelétrica iria provocar na região. Desse modo, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)[3], ambientalistas de todo o mundo e a população local se posicionaram contra o empreendimento. Em fevereiro de 1989 em Altamira, ocorreu o 1° Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, o indígena Caiapó, Truíra, estendeu a lâmina do seu facão no rosto do presidente da Eletronorte durante o encontro, a situação representou a emblemática da resistência contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na região do Xingu.

No decorrer da instalação da UHE Belo Monte, diversas populações tradicionais foram deslocadas compulsoriamente de suas áreas para outros locais, a grande maioria, distantes do rio. Esse deslocamento, ao distanciar as famílias do rio, caracterizou a perda do lugar, as relações identitárias foram interrompidas e suas atividades econômicas modificadas. Outrora, as populações tinham o

[3] O Movimento dos Atingidos por Barragens tem uma longa história de resistência, lutas e conquistas. Nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas (Mab, 2022).

seu modo de vida ligado ao Rio Xingu, a obtenção de renda era pautada principalmente, na prática da pesca. Neste sentido, além dos deslocamentos físicos, deve-se considerar que também ocorreram perdas econômicas, uma vez que a restrição de acesso às áreas comuns e aos recursos utilizados pelas famílias limitou as atividades de sobrevivência, deslocando-as de forma indireta (Ifc, 2012).

Nessa perspectiva, os grandes projetos de investimentos não levam em consideração os laços afetivos, simbólicos e econômicos que as populações tradicionais que moram ao redor do rio possuem. Assim, mesmo com a resistência por parte da população local, contra o empreendimento, os sujeitos foram forçados a se adequar a imposição econômica, consequência da globalização perversa (Santos, 2000), tendo que deixar seus espaços vividos em função da apropriação que o capital faz dos recursos naturais disponíveis.

O objeto de estudo desta pesquisa é o Reassentamento Rural Coletivo, localizado no km 27 no município de Vitória do Xingu –PA (RRC km 27). A escolha do RRC km 27 foi motivada por este ter sido construído pela empresa Norte Energia, para compensar as famílias que foram diretamente atingidas por Belo Monte. Inicialmente, 28 famílias foram remanejadas para o RRC km 27 (Silva, 2020), sendo estas em diferentes atividades econômicas como: meeiros, extrativistas, pescadores, ribeirinhos e entre outros. A pesquisa que fundamenta este artigo, é compreender as estratégias produtivas das famílias reassentadas no RRC km 27, verificando as estratégias de sobrevivência que os sujeitos foram estabelecendo para permanecer no reassentamento, uma vez que independente de suas trajetórias foram destinados a atividades econômicas diferentes.

Outro ponto importante é que as famílias deslocadas mantinham suas relações econômicas na cidade de Altamira, os sujeitos tinham o centro comercial da cidade como principal entreposto para comercializar seus produtos e adquirir mercadorias essenciais para o seu cotidiano. Devido ao deslocamento dessas famílias para o RRC-27, faz-se a seguinte pergunta: quais as mudanças nas relações econômicas das famílias após o deslocamento forçado?

Portanto, através da pesquisa foi possível verificar que apesar de algumas famílias terem conseguido estabelecer estratégias produtivas para se fixarem e produzirem no reassentamento, desenvolvendo novas técnicas e alternativas econômicas, muitas famílias não conseguiram se adaptar no reassentamento e gerar renda para garantir a manutenção familiar, principalmente devido à fragilidade do solo[4] para a plantação, o não conhecimento de técnicas compatíveis com os sistemas de produção previsto pelo empreendedor (responsável pelo reassentamento) e a ausência de assessoria técnica eficiente.

Procedimentos metodológicos

Compreende-se que a observação em campo é fundamental para entender o fenômeno a ser estudado, desse modo, com as atividades de campo no reassentamento, foi possível compreender a

[4] O conceito de fragilidade pode ser definido como a vulnerabilidade do ambiente em sofrer qualquer tipo de impacto e está relacionada com fatores de desequilíbrio de ordem natural e antropogênica (Tamanini, 2008).

realidade em que os sujeitos foram inseridos após o empreendimento Belo Monte.

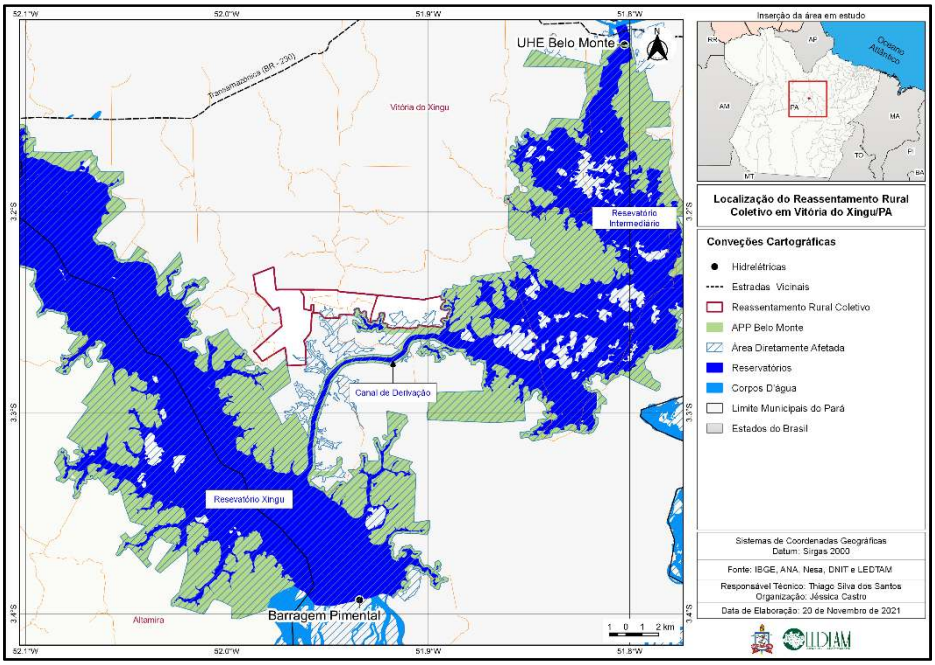
Neste sentido, os sujeitos que residiam em áreas consideradas de risco em virtude da construção do reservatório da UHEBM foram remanejados para outros locais da cidade. Dessa forma, a empresa Norte Energia ofereceu indenizações para as famílias por meio de: "I Carta de Crédito (CC); II Indenização em dinheiro; III Realocação podendo ser, Urbana, Reassentamento individual em áreas remanescentes (RAR) ou coletivo (RRC)" (Arcanjo, 2019, p. 7). Com o deslocamento compulsório ocasionado pela chegada do empreendimento, é importante compreender a nova realidade que os reassentados foram inseridos, pois "a maneira como o sujeito se relaciona com a realidade se dá a partir da mediação feita pelo trabalho, se tornando este um elemento constitutivo do próprio sujeito" (Oliveira Neto, 2014, p. 17).

Para entender como essas famílias estão se organizando ao novo espaço de moradia, tem-se como categoria analítica o Espaço, este considerado na perspectiva Miltoniana. Portanto, tem como abordagem central que "[...] o espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras" (Santos, 2014, p. 28-29).

Essa perspectiva metodológica tem como foco central o fato que as famílias foram inseridas em um novo espaço, com características diferentes do que estavam habituadas e, ainda, ponderando que o empreendedor, por meio de suas formas de compensações não garante a manutenção dos modos de vida que as famílias outrora possuíam. Assim, considerou-se essencial investigar as contradições

existentes, para isso calçou a pesquisa no materialismo histórico e dialético, buscando compreender a realidade como totalidade, fazendo o exercício de ir e vir na trajetória das famílias, bem como percebendo as implicações do estar e viver num novo espaço, que exige das famílias a necessidade de adaptação a essa nova realidade.

Como exposto no mapa 1, a seguir, o RRC-27 está localizado no município de Vitoria do Xingu-PA, muito próximo do canal de derivação do reservatório gerado com o barramento do rio Xingu. O RRC tem uma estrutura dividida em três partes, sendo a parte do centro a área com ocupação dos lotes, permitido o uso com prática agropecuária em 15ha em cada lote, nas extremidades são áreas de reserva florestal coletiva.



Mapa 01: Localização do Reassentamento

Fonte: IBGE/ANA/NESA, 2021.

É importante ressaltar que no espaço em que foi construído o RRC, antes era uma fazenda com

forte presença de pecuária bovina, sendo esta a principal atividade produtiva naquele espaço, segundo os documentos analisados da empresa Norte Energia (2018).

Desse modo, para a realização desta pesquisa, foram seguidos alguns procedimentos metodológicos referente ao objeto de estudo:

1. Pesquisa bibliográfica de natureza histórico-geográfica acerca da construção do RRC km 27: artigos científicos, teses, dissertações, capítulo de livro e TCC' s.
2. Pesquisa documental: relatórios da empresa Norte Energia como o projeto do Reassentamento e o EIA-RIMA.
3. Atividade de campo com aplicação de formulário junto aos moradores do referido RRC km 27, e, observações do pesquisador sobre a realidade dos sujeitos no novo espaço.
4. Análise e sistematização dos dados primários e secundários para elaboração do trabalho final.

O RRC km 27 é acompanhado desde 2017 pelo Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM). Desse modo, as pesquisas já realizadas contribuíram significativamente para a análise e interpretação dos dados coletados no ano de 2021, conforme consta a tabela 01. No entanto, devido à pandemia do Novo Coronavírus, não foi possível realizar atividade de campo no ano de 2020, em virtude dos protocolos de saúde adotados para o controle da doença.

Neste sentido, em 2017 foram realizadas 16 entrevistas com as famílias, sendo em 2018, 23 entrevistados, no ano de 2019 foram realizadas 27 entrevistas, e em 2021 foram realizadas 10 entrevistas das 28 famílias reassentadas, não sendo possível entrevistar todas as famílias do RRC, devido à pandemia e em função de algumas delas

terem vendido e/ou abandonado os lotes, por não conseguirem se adaptar no RRC.

	2017	2018	2019	2021
Reassentado	12	13	16	7
Não reassentado	2	10	11	2
Ausentes	14	5	1	19
Total de Entrevistados	14	23	27	9

Tabela 01: Quantificação das entrevistas

Fonte: Coleta de campo Ledtam. Org. Autor, 2022.

No primeiro momento da atividade de campo, foi possível observar o espaço em que foi construído o RRC, como foi mencionado anteriormente, a observação em campo somada as entrevistas, foi fundamental para entender como os sujeitos buscaram se organizar no novo espaço, como também, verificar os tipos de atividades econômicas desenvolvida por eles.

Devido ao espaço em que o RRC foi construído, a presença de pastagens no solo dificulta as atividades econômicas para quem deseja trabalhar com agricultura ou psicultura, desse modo, grande parte dos moradores ressaltaram dificuldades em conseguir produzir no local, pois as pastagens deixam partes do solo fragilizado para produção, neste sentido:

> Os solos ocupados por pastagens em geral são marginais quando comparados àqueles usados pela agricultura de grãos. Estes apresentam problemas de fertilidade natural, acidez,

> topografia, pedregosidade ou limitações de drenagem (Adamoli *et al.*, 1986). Os solos de melhor aptidão agrícola são ocupados pelas lavouras anuais de grãos ou as de grande valor industrial para a produção de óleo, fibras, resinas, açúcar etc. Dessa forma é de esperar que as áreas de exploração para os bovinos de corte apresentem problemas de produtividade e de sustentabilidade de produção (Macedo *et.al.*, Sem Ano, p. 1-2).

Portanto, esses problemas quanto à presença de pastagens no solo do reassentamento dificultam que as famílias consigam realizar suas atividades produtivas em uma área com grande presença de capim e pastagens. Além disso, tem-se que ter como elemento fundamental que a realidade dessas famílias, outrora era muito diferente, com características próprias que as distanciam a priori da condição de moradores do RRC km27, em função de vários elementos como estes, a proposição dessa pesquisa esteve pautada na compreensão do espaço na condição de totalidade, afinal, "nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade, permitirá uma correta noção da realidade" (Santos, 2012, p. 135).

A economia da região amazônica brasileira e os projetos de investimentos, o espaço como conceito chave

A Amazônia configura-se como um dos espaços indispensáveis para o desenvolvimento do capitalismo. Normalmente, adotando estratégias de implantação de Grandes Projetos de Investimentos (Vainer, Araújo, 1992), como alternativa para a expansão do capital sobre o espaço amazônico, neste movimento, ressaltam o discurso de melhorias e desenvolvimento para a região. Porém, constata-se que a chegada desses grandes empreendimentos tem provocado danos

irreparáveis às populações tradicionais, impactando sobre as condições socioespaciais e o ambiente natural das famílias ribeirinhas.

O olhar para o espaço amazônico ainda se remete a um espaço que contém atrasos tecnológicos, carência de investimentos e falta de mercadorias e produtos. Todavia, os projetos de investimentos são uma forma que o capital encontrou para trazer melhores condições de vida para a região amazônica. Entretanto, esse tipo de desenvolvimento, pensado pelo próprio Estado brasileiro, modifica e controla o espaço em que se insere (Chaves, 2018).

Ressalta-se que os recursos existentes na região amazônica sempre foram alvo para a expansão do capitalismo, sua amplitude e riquezas de recursos hídricos, minerais e florestais, estão sendo explorados/retirados de forma intensa, tendo como consequência a degradação do meio ambiente, os conflitos sociais e a extinção de determinadas espécies (Herrera; Miranda Neto; Moreira, 2012).

Devido ao grande valor hídrico e florestal que a Amazônia brasileira possui, essa é muito "disputada" pelos agentes econômicos e, com isso, dificulta a ação dos pequenos produtores no espaço produtivo. Neste sentido, Becker salientou que:

> O ufanismo do discurso oficial e a denúncia do saque feito pelos grupos econômicos deixam pouco espaço para a ação construtiva de milhares de pequenos produtores e trabalhadores que não são apenas vítimas, mas sim também os principais artífices da formação regional (Becker, 1994, p. 7).

A inserção da Amazônia no sistema capitalista carrega consequências, pois, além de ser vista como fornecedora de matéria-prima, os agentes econômicos desconsideram a história e a trajetória

das famílias que sempre desenvolveram suas práticas econômicas e simbólicas nos espaços tradicionais, sobretudo a margem do rio, e principalmente aquelas que foram forçadas a deixarem seu local de origem em função da apropriação do espaço pela nova dinâmica capitalista.

A retirada das famílias dos seus antigos espaços é uma das primeiras consequências do aporte de Belo Monte no território, Chaves, Monzoni e Artuso (2019, p. 2), afirmam que "no ano de 2015 mais de 40 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas de suas casas e seus territórios, estando entre as razões a instalação de grandes obras de infraestrutura e desenvolvimento." A inserção de novos objetos espaciais na Amazônia ressalta o que Santos (2006) definiu de psicoesfera, os atores hegemônicos reorganizam o espaço amazônico através de novas redes estabelecidas com discursos de melhorias e "processo de convencimento", porém, além de modificar os espaços, acabam deslocando as populações tradicionais para outros espaços com dinâmicas e características diferentes, impondo um novo modo de vida.

Nesta perspectiva, Herrera (2019, p. 473) destaca que "o desenvolvimento capitalista interfere no espaço de modo a configurar as relações sociais e de produção", no caso de Belo Monte, as transformações socioespaciais afetaram drasticamente a vida de vários sujeitos e, para tentar compensar as famílias atingidas, normalmente os grandes empreendimentos tentam indenizar as famílias, porém, não há indenizações que compensem um deslocamento forçado:

> A saída forçada das populações ribeirinhas, promovidas pelas obras de instalação das usinas, é acompanhada por compensações financeiras que se

> volatizam em pouco tempo. O processo de reassentamento, seja ele rural ou urbano, rompe com as tradições culturais, o elo fmiliar e não assegura a manutenção das condições anteriores de vida (Pereira; Costa; Souza, 2010, p. 197).

A economia do espaço amazônico é tradicionalmente constituída pela prática da pesca e do extrativismo, devido aos rios que o compõem e aos elementos simbólicos tradicionais. Os sujeitos tradicionais existentes no espaço amazônico, possuem seus modos de vida ligados a floresta amazônica, nesta perspectiva, muitas das vezes os sujeitos locais são considerados "invisíveis" ou entraves para o capital quando tenta se reproduzir em um determinado espaço (Lima, 2020), uma vez que para reprodução ampliada do capital muitos desses grupos precisam ser remanejados para outros espaços.

Exemplo deste processo está representado pelo ocorrido com as 28 famílias deslocadas compulsoriamente para o Reassentamento Rural Coletivo km 27 em Vitória do Xingu -PA, os antigos espaços foram considerados áreas de risco pela construção do reservatório da UHE Belo Monte. Assim, o RRC-27 é entendido como um espaço construído forçadamente para que as famílias vistas como empecilhos à apropriação dos recursos naturais pela lógica capitalista fossem retiradas de seu percurso, mas sem muita ou nenhuma preocupação se conseguiram se estabelecer neste novo espaço.

Reassentamento Rural Coletivo km 27: Construção forçada do espaço para viver

O RRC km 27, foi organizado para as famílias que residiam em áreas de inundações provocadas pela construção da barragem da

UHE Belo Monte. Cada reassentado recebeu um lote de 75 hectares, sendo que 15ha para uso agropecuário, a grande porção do lote, e 60ha destinado a reserva legal. As casas dos reassentados estão estruturadas com três quartos, sala, cozinha e banheiros adaptados para pessoa com deficiência.

Na figura 01.a, destaca-se uma das casas do RRC, como visto, de alvenaria e telha de barro, bem diferente das estruturas das antigas casas, dos antigos espaços. Na figura 01.b, tem-se a estrutura construída por uma das famílias, esta imagem representa de forma similar a maioria das casas antigas das famílias, inclusive, muitas famílias ao saírem dos espaços antigos levaram consigo o material da antiga casa e aproveitaram como exposto, ampliando a casa padrão do reassentamento, configurando então, uma resistência na adaptação ao novo espaço.



Figura 01: Casa padrão do reassentamento

Logo depois da entrega das casas, muitos reassentados fizeram modificações e ampliações que representam símbolos e costumes dos antigos espaços. Todavia, o reassentamento não atende as

Fonte: Coleta de campo Ledtam, 2018.

necessidades das famílias, como por exemplo, a falta de escola, posto de saúde e transporte e, além disso, tem a dificuldade em acessar o centro do comércio de Vitória do Xingu ou de Altamira, devido não haver o transporte adequado para auxiliá-los, segundo o relato de alguns moradores. A ausência de escola e posto de saúde, dificultou muito para os reassentados que não possuem transportes para se locomover. Outrora, a locomoção era feita pelo rio Xingu, utilizando embarcações pelas famílias como meio de transporte. Contudo, para ter acesso aos serviços que ainda são inexistentes no reassentamento, as famílias tentam utilizar os serviços de educação em Altamira e Vitória do Xingu, como aponta Silva:

> Para o acesso à educação, as pessoas precisam se deslocar para uma escola localizada no km 18, agrovila Leonardo D' Vinci, a qual disponibiliza apenas séries do ensino fundamental menor e maior. No caso dos estudantes que precisam de acesso ao ensino médio, é necessário o deslocamento até as escolas do município de Altamira ou Vitória do Xingu. Para tratamento médico se deslocam para a comunidade Baixada, Leonardo D`vinci, Altamira, Anapu, Vitória do Xingu entre outros (Silva, 2020, p. 109).

Nesta perspectiva, a partir do momento que as famílias foram deslocadas para o reassentamento, o primeiro impacto social foi a interrupção na relação que as famílias tinham com o rio, que era a principal fonte de renda. Conforme o Projeto de Apoio a Pequena Produção e à Agricultura Familiar do RRC (Norte Energia, 2018), a empresa Norte Energia ofereceu projetos de incentivo às práticas produtivas aos reassentados, esses projetos estavam associados a criação de peixes em tanque escavado, galinheiros, casa de farinha, estufas, mudas de cacau e pimenteiras para auxiliar na produção, na figura 02 a seguir, têm-se registros de elementos das atividades

propostas pelos projetos de práticas produtivas ofertados pela Norte



Energia.

Figura 02: Projeto de práticas produtivas

As atividades econômicas que foram ofertadas aos reassentados, por meio do projeto de práticas produtivas, estão voltadas para a agricultura, a pecuária e a psicultura. Neste sentido, a empresa Norte Energia ofereceu essas práticas produtivas para incentivar os reassentados a produção de alimento próprio para consumo (segurança alimentar), e até para comercialização, este incentivo na produção de farinha, tanque de peixes, galinheiros e culturas anuais, foram formas compensar os impactos gerado na vida econômica dos sujeitos a partir da UHEBM.

Essas atividades estavam distantes da realidade da maioria dos reassentados, as famílias em sua maioria não possuíam

Fonte: Coleta de campo Ledtam, 2021.

experiência com as práticas produtivas. No entanto, para ajudar os

reassentados a realizar as atividades, inicialmente, as famílias deveriam contar com assistência técnica, durante 3 anos, neste sentido, a condicionante 2.9, que demanda "manter, para todos os reassentados, assistência técnica, social e ambiental (ATES), por um período mínimo de 3 (três) anos," conforme consta no PBA da UHE Belo Monte (Norte Energia, 2015, p. 3). Portanto, segundo alguns moradores, a assistência técnica durou menos de 1 ano no reassentamento, como afirma dois entrevistados:

> Teve no começo, agora não tem, deram adubo mais não ensinaram a usar (Entrevistado A, 2018).

> Não existe mais, durou apenas 6 meses (Entrevistado B, 2018).

Neste sentido, não sendo suficiente para suprir as demandas do RRC, muitas famílias não conseguiram se adaptar ao novo modelo produtivo, além disso, tiveram dificuldades com o plantio devido à fragilidade do solo, a fragilidade do solo foram os mais relatados pelos moradores do RRC- km 27.

Na figura 03, apresentam-se as principais atividades produtivas realizadas por alguns reassentados, como a criação de porcos (figura 03.g); gado bovino (figura 03.h); plantação de cacau (figura 03.i); e banana consorciada com outros cultivos (figura 03.j). Essas novas atividades econômicas representam os tipos de estratégias produtivas que os reassentados desenvolveram e investiram na terra para tentar sobreviver no reassentamento.

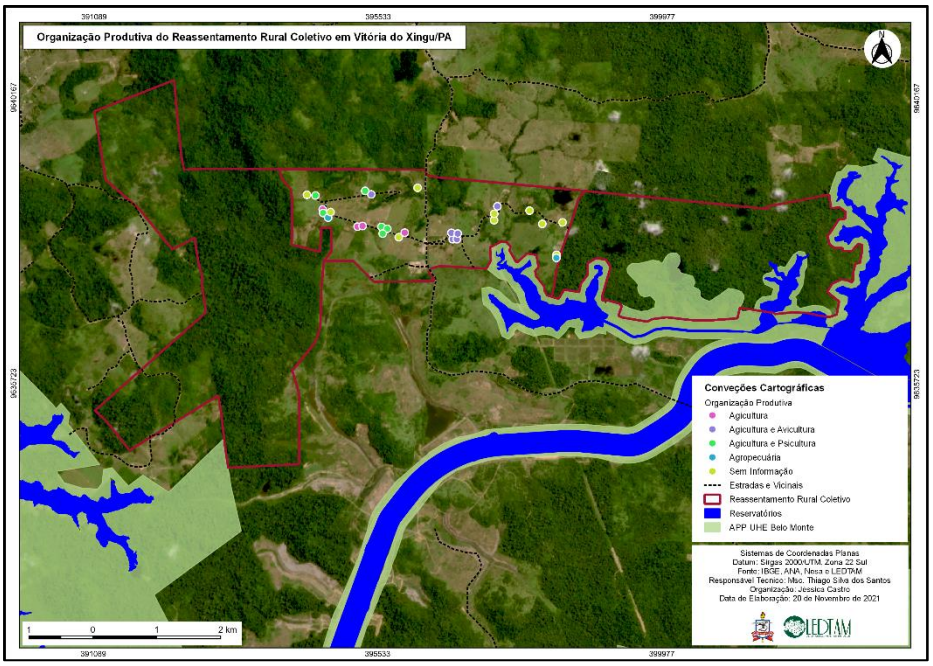
Figura 03: Produção econômica dos lotes



Fonte: Coleta de campo Ledtam, 2021.

No mapa 02, apresenta-se a distribuição dos reassentados, destacando também suas atividades produtivas, pode-se observar que a maioria das famílias adotou práticas vinculadas à agricultura, e, na verdade, muito embora as famílias tenham outras atividades, elas sempre contam com a agricultura como atividade em suas propriedades.

Mapa 02: Organização produtiva dos lotes



Fonte: Coleta de campo Ledtam/NESA, 2021.

Interessante aqui é que muitos reassentados apontam sobre a fragilidade dos solos para atividade agrícola, a fragilidade que os reassentados ressaltaram, é definida por eles como "terra seca", como destacou os entrevistados:

> A terra é ruim e mesmo com adubo os pés de cacau morrem, plantei arroz, mas não prestou, nem milho (Entrevistado C, 2019).

> A terra é muito seca, as mudas de cacau morrem antes de começar a produzir, falta água, uma irrigação para as plantações, porque a gente planta no inverno, mas quando chega o verão as mudas de cacau morrem (Entrevistado D, 2019).

Muito embora as famílias tentassem a agricultura como alternativa produtiva, algumas famílias não conseguiram desenvolver e por isso abandonaram ou venderam os lotes, como

mencionado por alguns entrevistados. Vale lembrar que o espaço onde o RRC foi construído, era uma antiga fazenda com grandes áreas de pastagens para pecuária (Alvarez; Costa; Herrera, 2019) e o solo apresentava caraterísticas físicas ruins, como foi mencionado anteriormente, além disso, estava degradado devido ao uso sem manejo adequado.

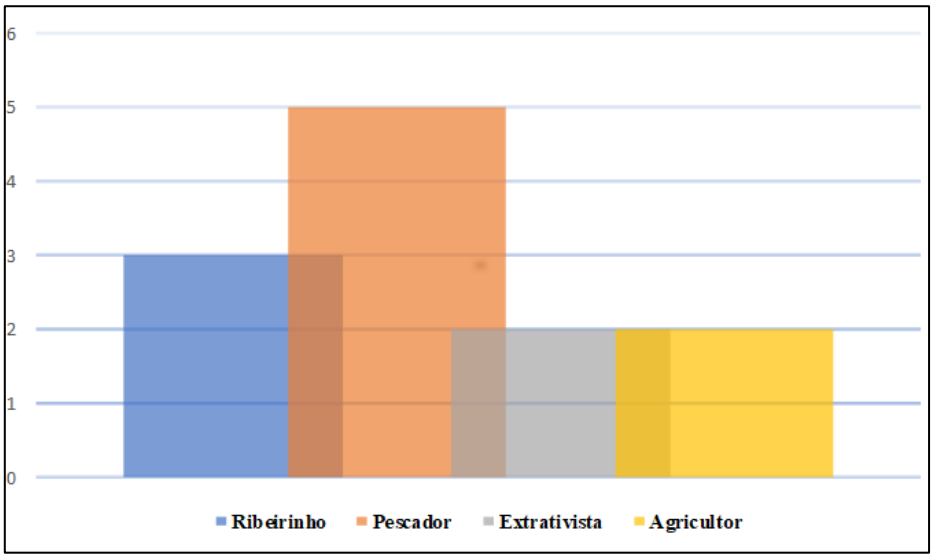
No entanto, dados coletados em campo e entrevistas realizadas com as famílias, mostraram que a produção de cacau e a criação de gado foram as atividades de maior expressão entre as famílias, demonstrando que mesmo com poucas condições financeiras e sem a ajuda da assistência técnica, fizeram investimentos e dedicaram-se as atividades, permitindo que as mesmas permanecessem nos seus estabelecimentos.

Através das observações nas atividades em campo, constatou-se que os reassentados buscaram novas estratégias produtivas para tentar sobreviver e permanecer no RRC em meio a muitas dificuldades, estratégias essas, mediante investimento na terra para desenvolver a produção. Das 28 famílias reassentadas, restam apenas 7 famílias, e essas 7 famílias desenvolveram atividades produtivas de cacaueira, gado e culturas anuais no RRC, conforme foi oferecido a eles através do projeto de incentivo das práticas produtivas, pela empresa Norte Energia. É importante lembrar que os novos sujeitos que tem chegado no reassentamento, no caso, os não reassentados, tem desenvolvido atividades produtivas parecidas com os reassentados, como a criação de gado e plantação de cacau, como também, durante as entrevistas e observações em campo, os sujeitos não reassentados tem investido na terra com mais eficácia, devido terem condições financeiras para tal.

A dinâmica econômica do Reassentamento Rural Coletivo km 27

As relações que se definem como simbólicas, são aquelas que as famílias detinham com o rio Xingu, podem ser materializadas quando questionados sobre suas profissões antes de serem remanejados. Com isso, pode se observar no gráfico 01, a maior frequência de respostas pescador e ribeirinho, ou seja, atividades que remetem a relação direta com o rio. Os dados apresentados no gráfico 01, estão relacionados a pesquisa de campo realizada no ano de 2017.

Gráfico 01: Profissão dos reassentados antes da UHEBM



Fonte: Coleta de campo Ledtam. Org. Autor, 2021.

Destaca-se aqui, ter aparecido a condição de ribeirinho como profissão para algumas pessoas entrevistadas, isso ocorre devido o rio ser muito mais do que simplesmente o lócus de renda, representa a condição do ser. Nesse sentido, o espaço passa ter um sentido diferente:

> Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas (Corrêa, 1995b, p. 44).

Durante as entrevistas, as famílias relataram que muitos não praticam mais a pesca e a caça, pois o reassentamento encontra-se distante do rio Xingu, desse modo, ouve interrupções nos laços simbólicos que as famílias tinham com o rio. Para além da perda no modus operandi de reprodução econômica, chamam atenção os relatos sobre a falta do lazer tendo o rio como central, o convívio com a vizinhança e os familiares que residiam próximo das suas casas e as festas que realizavam entre eles no antigo espaço, como afirma uma das entrevistadas:

> Assurini é mais assim o, a questão da, da, porque assim a gente passou muitos anos lá, foi 30 ano lá, então, a vizinhança, os amigos assim, era tudo da área lá, aí depois se espalhou todo mundo. Ai a gente sente daqueles encontro que a gente tinha lá que era festa de aniversário, era 3 dias de festa, casamento, meu casamento foi 3 dia de festa, então assim, tudo era exagerado, nessa parte assim a gente sente falta, que aqui tudo é, cada um na sua, ninguém... lá não, lá é mais... (Entrevistado E, 2021).

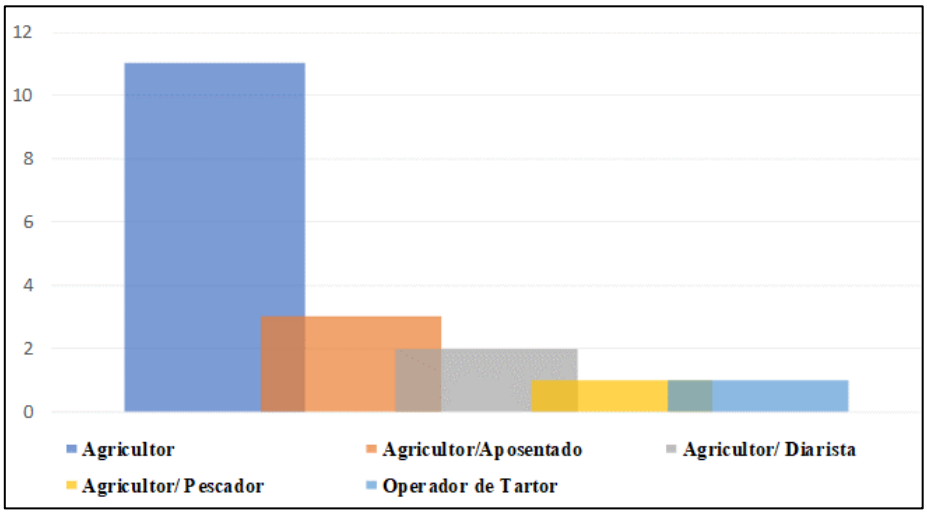
As relações socioculturais que os sujeitos tinham com o antigo espaço, revela que "(...) a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relações de parentesco" (Woortamann, 1995, p. 40). Contudo, essa interrupção nas relações sociais dos sujeitos representa mais um motivo de abandono e venda dos lotes. Mas, por outro lado, representa também

a chegada de pessoas que possuem vínculos com as famílias que se estabeleceram e permanecem no RRC.

Observar a história e a trajetória das famílias indicam os elementos se essas conseguirão efetivamente construir uma perspectiva de vida em seu novo espaço, salientando que os mesmos tiveram grandes perdas simbólicas que levam tempo para serem reconstruídas, quando essas são reconstruídas.

O gráfico 02 demonstra a profissão atual dos reassentados, entretanto, os dados apresentados também estão relacionados com as pesquisas dos anos anteriores do reassentamento, respectivamente de 2017 até o ano de 2021, pois através de dados antigos de pesquisas é possível compreender se permanecem as antigas profissões, ou se sofreram alterações ao longo do tempo. Contudo, percebe-se que durante esses anos a profissão atual dos reassentados passa a ser agricultor, as famílias entendem que suas atividades profissionais sofrem alterações após o deslocamento forçado, como exposto no gráfico a seguir.

Gráfico 02: Profissão atual dos reassentados 2017- 2021



Fonte: Coleta de campo Ledtam. Org. Autor, 2021.

A segunda característica encontrada da profissão atual entre os entrevistados foi agricultor/aposentado, nestes casos, o recebimento de benefícios sociais do governo passa a fazer parte da renda familiar das famílias, uma vez que ainda não dá para sobreviver somente da produção do lote, além disso, tem as dificuldades em escoar corretamente a produção, devido alguns não possuírem transporte adequado para ir até o centro de Altamira e/ou de Vitória do Xingu vender a produção do lote.

As entrevistas com os reassentados apontam que, com a mudança nas atividades produtivas, as famílias consequentemente alteraram seus modos de vidas, de modo que a maioria não se considera mais ribeirinhos e/ou pescadores, as mudanças ocorrem de forma imediata a partir da chegada no reassentamento, pois as famílias não têm mais o contato direto com o rio Xingu, muitos reassentados relataram que não utilizam o rio nem como lazer, devido à distância em que se encontra do reassentamento.

Os impactos ocasionados com o deslocamento forçado, impactou as diversas áreas na vida dos sujeitos, pois foi imposto um novo modo de vida, um novo modo de produção, um novo padrão de organização que não foi estabelecido pelos sujeitos, e sim pela imposição de um novo capital que não reflete as necessidades de grande parte dos sujeitos locais (Herrera, 2019).

Portanto, observa-se que os grandes projetos de investimentos, como a UHE Belo Monte, não consideram as transformações ocorridas no modo de vida dos sujeitos reassentados, no que tange aos elementos simbólicos, as tradições e costumes que os reassentados tinham com o antigo espaço, e que uma vez em um novo espaço esses elementos socioculturais podem demorar ou não para se concretizar (Silva, 2020).

Considerações finais

Os grandes empreendimentos instalados na região Amazônica têm gerado diversos impactos políticos, socioeconômicos, ambientais e culturais, modificando todo o modo de vida tradicional existente, e, geralmente, as práticas compensatórias oferecidas aos sujeitos que tem sido impactado não traz de volta o sentimento de pertencimento e a identidade cultural que esses povos construíram ao longo dos anos, diante disso, as populações tradicionais levam tempo para recomeçar suas vidas, evidentemente, quando isso acontece, pois em muitos casos as famílias não conseguem.

O processo de deslocamento compulsório das famílias atingidas pela UHE Belo Monte, trouxe danos irreparáveis, principalmente, devido ao pouco acesso à informação por parte dos moradores quanto

a construção e deslocamento para o RRC (Chaves; Monzoni; Artuso, 2019). Assim, houve uma grande insatisfação pelo reassentamento visto que as assessorias não ocorreram conforme foi previsto e divulgado as famílias, nas entrevistas pode-se observar que os moradores se sentem abandonados pela empresa Norte Energia, a falta de assistência, o transporte e as dificuldades em produzir em um solo não adequado, situações que eles não estavam habituados e se encontram sozinhos no reassentamento sem apoio, inclusive do poder público local.

O deslocamento compulsório ocasionado pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, além de retirar esses sujeitos de áreas consideradas de risco pelo barramento, o mesmo foi planejado com o intuito de proporcionar melhores condições de vida a essas populações tradicionais (Silva, 2020), no entanto, o novo espaço fornecido a eles não supre as necessidades que precisam, tendo em vista que o convívio e as relações com o rio Xingu foram interrompidos, mediante a distância em que foram realocados.

A bem da verdade, a forma como foi criado o projeto do Reassentamento Rural Coletivo e as condições impostas as famílias, essas tiveram mudanças significativas em suas dinâmicas de vida, para além da referência produtiva e econômica, observam-se alterações no que tange as relações afetivas e simbólicas, essas fundamentais para o bem-estar das famílias.

A falta de transporte público, escola e posto de saúde tem aumentado o sacrifício de permanência das famílias no RRC, pois algumas famílias não possuem transportes para se locomover, e durante a Pandemia da COVID-19, essas dificuldades aumentaram,

pois os moradores relatam que desde o início da pandemia a empresa Norte Energia não compareceu para lhes dar assistência.

Diante disso, é possível compreender o sofrimento dessas famílias ao se sentirem abandonadas, sem nenhum tipo de assistência ou ajuda por parte daqueles que os retiraram do seu antigo espaço. As 7 famílias reassentadas que continuam morando no RRC, estão tentando construir laços de pertencimento com o novo espaço, mesmo que distante do rio Xingu, e com isso, continuam buscando novas técnicas de produção e tentam investir na terra como forma de sobreviver no RRC.

Os elementos simbólicos que os reassentados tinham com o antigo espaço não foram considerados, os sujeitos que moravam em torno do Rio Xingu, tinham seu modo de vida diferenciado, sobreviviam totalmente da pesca e do extrativismo como foi observado durante as entrevistas. Portanto, de 28 famílias reassentadas pela empresa Norte Energia, restam apenas 7 famílias, esse índice demonstra o quanto que os sujeitos se sentiram insatisfeitos pelo novo espaço, pois o RRC-27 não supre todas as necessidades das famílias.

Referências

ARCANJO, N. M. M. **Produção do Espaço do Reassentamento Rural Coletivo km27 Vitória do Xingu/ PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira. 36f. 2019.

ALVAREZ, W. P.; COSTA, D. F.; HERRERA, R. C. **Transformação na paisagem do reassentamento rural coletivo, travessão km 27, Vitória do Xingu/PA.** Nova revista amazônica, Bragança-PA, v. 7, n. 03, p. 65-79, nov/2019.

BECKER., B. K. **Amazônia.** 3. ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994.

BRAGA, G. B. FIÚZA, A. L. C. REMOALDO, P. C. A. **O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões.** Sociologias, Porto Alegre, ano 19, n. 45, p. 370- 396. maio/ago 2017.

CHAVES, K. A.; MONZONI, M.; ARTUSO, L. F. **UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada.** Revista Direito FGV, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 2-27, jun./2019.

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito chave da geografia** in CASTRO Iná Elia de & GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1995b.

LIMA, M. M. **Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional.** 2020. 391 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Pará, Belém -PA, 2020.

Movimento atingidos por barragens. Disponivel em: https://mab.org.br/quem-somos/. Acesso em jan/2022.

HERRERA, J. A**. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário Amazônico.** Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 473-499, abr./2019. Disponível em: http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p473 . Acesso em: 5 jan. 2021.

HERRERA, J. A. COSTA, D. F. **O uso das áreas de preservação permanente no reassentamento rural coletivo, travessão km 27, Vitória do Xingu Pará.** RA'EGA, Curitiba, PR, (A Geografia da Amazônia em suas múltiplas escalas), v. 52. p. 108–128, 2021.

HERRERA, J. A.; MIRANDA NETO, J. Q.; MOREIRA, R. P. **Integração e estruturação do território amazônico como consequência da expansão capitalista no brasil.** Bol. geogr., Maringá, v. 31, n. 2, p. 19-36. nov/2012.

HERRERA, J. A.; SILVA, D. C.; ARCANJO, N. M. M. **Hidrelétrica de Belo Monte: dinâmica socioespacial das famílias no RRC travessão 27 km, Vitória do Xingu-PA.** Nova revista amazônica - volume VII - nº 03. dez/2019.

International Finance Corporation (IFC). Padrão de desempenho 5 – Revisão 0.1. **Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário**. 2012.

MENDES, F. J. C.; SOUZA, C. M.; MIRANDA NETO, J. Q. **Memórias de migração na Amazônia: um estudo a partir das narrativas orais dos sujeitos no território da Transxingu.** Cadernos do CEOM, Chapecó- SC, v. 31, n. 49, p. 72-82, dez./2018.

MACEDO, M. C. et. al. **Degradação de pastagens, alternativas de recuperação e renovação, e formas de mitigação.** Pesquisadores da Embrapa Gado de Corte, Campo Grande- MS, p. 1-42.

Norte Energia. **UHE Belo Monte, a maior usina hidrelétrica 100% brasileira.** Disponível em: https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/a-usina . Acesso em: 01 jan. 2021.

Norte Energia, 4.2.1 **Projeto de apoio à pequena produção e à agricultura familiar.**

Norte Energia, 3º **Relatório consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes** 4.1.3 – projeto de reassentamento rural.

OLIVEIRA NETO, J. D. **Avaliação da Satisfação do Usuário dos Sistemas ERP como Instrumento para Gestão: Uma Abordagem Multivariada de Dados em uma Indústria Farmacêutica**.

Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 4, n. 2, jul/ 2014.

PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Orgs). **Teorias e práticas territoriais: análises espaços – temporais.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Plano Plurianual. Disponível em: https://www.ioepa.com.br . Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 5. Ed.,2 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Editora Record. Rio de Janeiro, 2000a.

SANTOS, L. C. B. **Desenvolvimento capitalista e condição de vida de famílias deslocadas compulsoriamente para Reassentamento Rural Coletivo em Vitória do Xingu, Estado do Pará.** 2019. 179f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVA, D. C. **Reassentamento rural coletivo na Amazônia: Estudo da desterritorialização das famílias afetadas pelas hidrelétricas Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA).** 2020. 143f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho- RO, 2020.

TAMANINI, M. S. A. **Diagnóstico físico-ambiental para determinação da fragilidade potencial e emergente da Bacia do Baixo Curso do Rio Passaúna em Araucária** - PR. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WOORTMANN, E. H. **Parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste.** Hucitec/EdUnB. São Paulo/ Brasília, 1995.

Submetido em: 8 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 11 de junho de 2024
Aprovado em: 21 de julho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3422

Como citar:
FERREIRA DE CASTRO, J.; HERRERA, J. A.; BARROSO CARVALHO, G.; AMARAL, M. D. B. A DINÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 EM VITÓRIA DO XINGU/PA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 668-699. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3422. Acesso em: dia/mês/ano.